

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
– CMADS

REQUERIMENTO N° , DE 2019

Solicito audiência pública para discutir com os coordenadores das frentes parlamentares dos Estados, trocar ideias com parlamentares estaduais nos dará mais segurança para cobrarmos por demandas que promovam verdadeiramente o cumprimento da lei.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública desta Comissão para convidar os coordenadores das frentes parlamentares nos estados, são 18 Grupos de Trabalhos da Frente Parlamentar Ambientalista nos Estados para discutir a realidade e as atividades de cada uma, trocar ideias com parlamentares estaduais nos dará mais segurança para cobrarmos por demandas que promovam verdadeiramente o cumprimento da lei e dando continuidade às atividades das frentes em 18 estados.

JUSTIFICAÇÃO

A Frente Parlamentar Ambientalista foi criada em 1988, durante o processo da Constituinte para elaborar o Capítulo de Meio Ambiente da Nova Constituição. A partir de 2007, foram instituídas as Frentes Parlamentares Ambientalistas Estaduais, com o objetivo de acompanhar os processos legislativos socioambientais nas Assembleias Legislativas.

O evento tem como objetivo ampliar o debate nos estados levando os principais temas para o legislativo estadual, essa iniciativa se justifica, pois a base ambiental dos deputados federais está ancorada nos Estados.

“A troca de experiências e informações é muito importante para fortalecer o debate e a aplicação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, com inclusão e preservação do ambiente.

O encontro terá como objetivo a apresentação e consolidação das Frentes Parlamentares Ambientais Estaduais tendo como temas prioritário a lei de licenciamento ambiental,

Código Florestal, Pagamento por Serviços Ambientais, recursos Hídricos , Unidades de conservação ,agrotóxicos e resíduos.

A iniciativa é parte da Campanha Nacional de Acompanhamento da Implementação do Código Florestal, que visa sensibilizar e mobilizar a sociedade para que esteja atenta ao cumprimento do novo Código Florestal e para que participe do monitoramento de sua implementação, apoiando e estimulando ações ambientais da sociedade civil organizada, de órgãos públicos e da iniciativa privada.

“A exemplo do que fizemos com a Lei da Mata Atlântica, queremos levar essas discussões para os Estados, evitando que as decisões e debates aconteçam apenas em Brasília”, explica Mario Mantovani, diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica. “A ideia é estimular a cidadania e o acompanhamento da Lei, em um processo descentralizado e participativo, e também reforçar o papel das Frentes Parlamentares Estaduais. Por isso, vamos incentivar o acompanhamento do Código Florestal nos Estados da Mata Atlântica”, diz ele.

Um dos temas que será abordado no evento é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma ferramenta para tornar o processo de regularização ambiental dos imóveis rurais mais simples e ágil, e que está previsto como um dos mecanismos do Código Florestal aprovado.

O GT de Acompanhamento da Implementação do Código Florestal integra a Frente Parlamentar Ambientalista de Sergipe.

A Frente tem como objetivo apoiar políticas públicas, programas e demais ações governamentais e não governamentais que promovam o desenvolvimento sustentável e está aberta a novas adesões.

Dando continuidade às atividades das frentes em 18 estados

Sala das comissões em 08 de julho de 2019.

Deputado Federal Nilto Tatto

PT/SP